

Balances Bibliográficos

A ciência política e a pandemia da Covid-19: um balanço bibliográfico da produção no Brasil

ID Michelle Fernandez^I

<https://orcid.org/0000-0003-0224-0991>

ID Barbara Maia^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-7127-2498>

ID Ana Tereza Duarte^{III}

<https://orcid.org/0000-0001-6362-3692>

DOI: 10.17666/bib9801/2022

Submetido em: 08/05/2022

Aceito em: 16/08/2022

Introdução

Desde março de 2020, com a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo enfrenta uma crise sanitária de importantes proporções. Essa crise diz respeito à Covid-19 em si e suas consequência na saúde da população, mas também trata de consequências tangenciais geradas pela emergência sanitária. Por esse motivo, parte da comunidade científica assume que atravessamos uma síndrome gerada pela Covid-19, e não apenas uma pandemia (Horton, 2020).

A Ciência Política é uma das áreas de estudo que mobilizou esforços, no Brasil e no mundo, em torno dos fenômenos gerados pela emergência sanitária. À medida que o vírus SARS-CoV-2 passou a interferir na vida das pessoas, a pandemia forneceu uma lente de aumento para a observação da relação entre ciência, política, políticas públicas e sociedade (Highfield, 2021).

Assim, questiona-se: a partir de quais perspectivas a Ciência Política brasileira está debatendo a pandemia da Covid-19? Diante dessa pergunta, este artigo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico da produção da

^I Pesquisadora do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (IPOL/UnB) – Brasília (DF), Brasil. Email: michelle.fernandez@unb.br

^{II} Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (IPOL/UnB) – Brasília (DF), Brasil. Email: barbaram.pontes@gmail.com

^{III} Doutoranda e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife (PE), Brasil. Email: anaterzadlb@gmail.com

Ciência Política no Brasil em torno do contexto pandêmico. A análise proposta está centrada em estabelecer um diálogo entre a produção da Ciência Política sobre a pandemia e a literatura já estabelecida da área.

Inicialmente, apresentamos uma contextualização da pandemia no Brasil. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico utilizado para selecionar os artigos analisados. Na seção seguinte, realizamos uma descrição dos artigos levantados e, depois, sistematizamos e analisamos, a partir do diálogo com a literatura em cada uma das áreas, a produção acadêmica identificada. Por fim, trazemos breves conclusões sobre o balanço bibliográfico apresentado.

Um breve panorama da pandemia da Covid-19 no Brasil

A atuação das instituições, as decisões e os comportamentos políticos exercem uma grande influência na dinâmica da resposta à pandemia da Covid-19 (Barberia; Plümper; Whitten, 2021). A partir de março de 2020, o Brasil vive um cenário epidêmico descontrolado, que vem demandando uma atuação enérgica do Estado. O primeiro pico de casos e óbitos por Covid-19 foi registrado entre junho e agosto de 2020. O segundo pico, registrado entre fevereiro e abril de 2021, foi ainda mais intenso e colocou o país no cenário mundial como um dos mais afetados pelo coronavírus (Zeiser *et al.*, 2022).

No início de 2021, com um alto número de casos e mortes, o país não avançava como esperado na vacinação contra a Covid-19. Apesar de contar há mais de 40 anos com um dos programas de imunização mais bem avaliados no mundo, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Brasil não conseguiu imprimir a mesma celeridade já vista em outras emergências sanitárias ao processo de vacinação contra a Covid-19 (Fernandez, 2021; Maciel *et al.*, 2022). Isso se deve, em grande medida, à ausência de coordenação das ações de enfrentamento à pandemia pelo Ministério da Saúde (Abrucio *et al.*, 2020).

De modo geral, a pandemia de Covid-19 demonstrou o papel decisivo do Estado e a necessidade de fortalecimento dos sistemas de saúde. Apesar disso, desde o início da emergência sanitária no Brasil, o governo federal abriu mão do seu papel de coordenador das políticas de saúde (Abrucio *et al.*, 2020). Os governos subnacionais, por meio de seus governadores e prefeitos, passaram a atuar na contenção do avanço da pandemia. Nesse sentido, foi estabelecido um embate político envolvendo, principalmente, o governo federal e os governos subnacionais, o que possibilitou a criação de outros arranjos institucionais para o enfrentamento da pandemia. Entre esses arranjos está, por exemplo, o Consórcio Nordeste, que durante a crise sanitária desenvolveu ações inovadoras e conseguiu suprir, em parte, a falta de recursos, ações e de coordenação do governo federal (Fernandez; Pinto, 2020).

Na dinâmica brasileira de enfrentamento à pandemia, os poderes Legislativo e Judiciário também assumiram papéis importantes. Enquanto o Executivo Federal se omitia na tomada de decisão no decorrer da pandemia, o Judiciário se posicionava sempre que interpelado pelos entes subnacionais (Alves; Ramos; Delduque, 2020; Ventura; Aith; Rached, 2021). No mesmo sentido, o Congresso Nacional desempenhou um papel relevante ao longo da pandemia. Diante de uma ação insuficiente do Executivo Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal trataram de legislar sobre temas fundamentais para o enfrentamento da crise sanitária (Testa; Fernandez, 2021).

A dinâmica epidemiológica, as instituições políticas, as políticas públicas de resposta à pandemia e as consequências dessas ações sobre a sociedade influenciam-se mutuamente (Maggetti; Meyer; Tresch, 2021). Assim, o cenário da

pandemia, a atuação necessária do Estado e de suas instituições no contexto pandêmico e as consequências dessa atuação para a sociedade são elementos que possibilitam a formação de um terreno fértil para as pesquisas em Ciência Política. Nesse sentido, nas linhas que seguem, trataremos de mapear e analisar a produção bibliográfica da Ciência Política no Brasil sobre a pandemia.

Metodologia

A seleção dos artigos analisados foi feita na base da SciELO, sendo escolhidos apenas artigos científicos publicados entre 2020 e 2022¹ e oriundos de periódicos brasileiros listados no Qualis da área de Ciência Política e Relações Internacionais como A1, A2 e B1, segundo a classificação de 2013-2016. Foram utilizados como termos de busca “Covid-19”, “pandemia” e “Covid”. Essa primeira seleção resultou em 38 periódicos e 578 artigos². O processo de busca e seleção das referências está representado no esquema da Figura 1.

Utilizou-se a metodologia proposta por Leite e Feres (2021) para identificar as contribuições de autores *da área*. O uso destes procedimentos buscou restringir os artigos selecionados àqueles ligados à produção científica *em Ciência Política*, privilegiando autores *efetivamente ligados ao campo* e contemplando a diversidade de publicações e temáticas efetivamente vinculadas.

A identificação dos autores com o campo foi utilizada como critério de inclusão a partir de três pontos: 1) vinculação institucional do autor a um programa de pós-graduação da área listado na Capes; 2) indicação da Ciência Política como área de atuação no currículo lattes; e 3) participação nos encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) ou participação em banca de doutorado em Ciência Política (Leite; Feres, 2021). A identificação de autores estrangeiros, que não têm lattes ou cuja formação/vinculação é com universidades internacionais, seguiu critérios similares. Esses critérios foram analisados tomando como base o primeiro autor dos artigos. O critério de exclusão utilizado foi a relação com a temática da pandemia da Covid-19, isto é, *artigos* que não tratavam do tema, seja como objeto principal ou secundário, foram excluídos da análise.

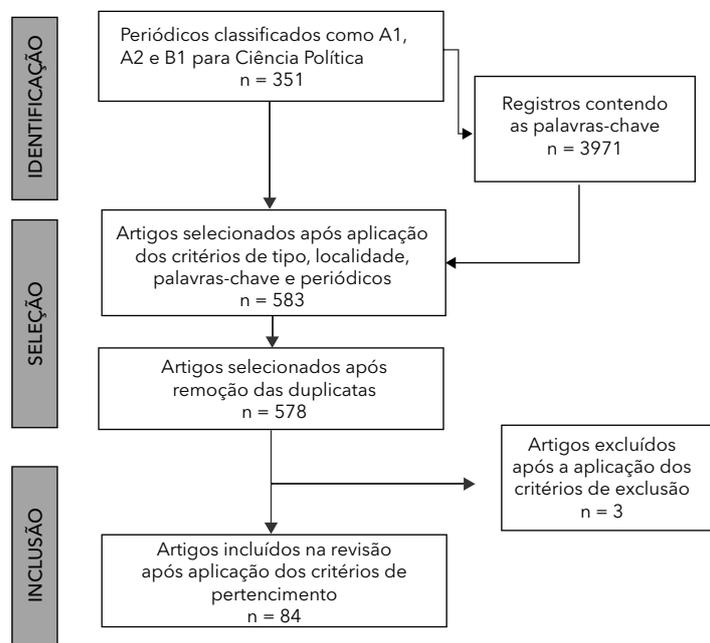
Seguiu-se uma classificação dos trabalhos de acordo com as áreas temáticas da Ciência Política propostas por Leite (2015), listadas a partir das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), das áreas temáticas da ABCP e do conteúdo dos trabalhos analisados na tese, resultando no agrupamento dessas áreas temáticas. Classificações são um importante recurso teórico-metodológico para embasar as análises, ainda que não sejam um consenso sobre a organização da área e da produção. Além das quatro classes propostas pelo autor, foi incluída a classe “Políticas Públicas” e acrescentou-se a área “Política e Relações Internacionais” à classe 3, “Estado e Sociedade Civil”.

¹ Até 30 de abril de 2022.

² A pesquisa feita pode ser acessada por meio do link: <https://tinyurl.com/34ukv9ry>. Esses artigos inicialmente levantados não são necessariamente artigos da Ciência Política, mas artigos cujo Qualis para a área está entre os destacados. Na classificação, entram periódicos como a *Revista Brasileira de Engenharia Biomédica* (Qualis A2 para Ciência Política), cujas publicações são usualmente capitaneadas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Grande parte dos artigos excluídos da análise não são do campo da Ciência Política ou produzidos por autores dela, e sim artigos da saúde pública ou da saúde coletiva.

Na área de “Comunicação, Representação e Comportamento Político” entram os artigos que buscam compreender o comportamento político e eleitoral em tempos de pandemia, bem como as estratégias de comunicação utilizadas por governantes neste período. Em “Instituições Políticas” encontram-se artigos que debatem as relações intergovernamentais bem como estudos de caso sobre administração pública e análises sobre capacidade governamental e institucional numa perspectiva nacional e internacional. A área de “Estado e Sociedade Civil” abrange artigos que lidam com grupos sociais específicos e sua relação com a pandemia, movimentos sociais e questões ligadas à desigualdade, desenvolvimento, judiciário e mercado de trabalho. Em “Teoria, Métodos e Ideias” encontram-se artigos que buscam debater teoria e pensamento político à luz da crise sanitária ou cuja metodologia é central no desenvolvimento da pesquisa. Aqui se incluíram ainda ensaios e reflexões acerca da pandemia da Covid-19. Por fim, em “Políticas Públicas” estão os artigos que têm como foco a ação governamental, seja na forma de produção de políticas, seja a partir da análise de seus atores (a burocracia, em especial).

FIGURA 1 - Processo de busca e seleção das referências na base de dados.



Fonte: elaboração própria com base no levantamento de artigos realizado.

Seguindo a classificação, realizou-se a leitura dos resumos e conclusões das pesquisas, buscando identificar objetivos e principais achados.

Por fim, após a seleção de periódicos e filtragem dos artigos de acordo com os critérios mencionados, foram selecionados 84 artigos produzidos por autores ligados à área da Ciência Política. Esta seleção foi utilizada para análise e balanço da produção do campo acerca da Covid-19.

Os estudos da ciência política no Brasil sobre a pandemia da Covid-19

A Ciência Política, no Brasil e no mundo, passou a dedicar esforços para pesquisar questões relacionadas à pandemia partindo do pressuposto que a área pode melhorar nossa compreensão sobre as implicações políticas, sociais e econômicas

da pandemia e informar os formuladores de políticas sobre uma grande variedade de questões-chave, incluindo o desempenho dos sistemas de saúde pública, o papel desempenhado pelos principais atores políticos em diferentes países, a evolução da (in)satisfação pública com o manejo da crise por parte dos governos e os desdobramentos da cooperação internacional na gestão da crise, entre outros temas (Maggetti; Meyer; Tresch, 2021).

Assim, analisando a produção da Ciência Política no Brasil publicada em revistas, foram identificados, de fevereiro de 2020 a abril de 2022, 84 artigos escritos por autores da área tratando da temática da Covid-19. Esses artigos aparecem em 21 periódicos. Observando a divisão desses artigos nos cinco temas, constatamos que 9% estão em “Comunicação, Representação e Comportamento Político”, 25% tratam de “Instituições Políticas”, 32% são de “Estado e Sociedade Civil”, 11% estão inseridos em “Teoria, Métodos e Ideias”, e 23% abordam “Políticas Públicas” (21%). 2020 foi o ano com maior número de publicações, com 36 artigos. E em 2021 foram publicados 34 textos abordando a temática. Até abril de 2022, 14 textos da área tratam da pandemia. O Anexo 3 traz uma síntese numérica dos artigos publicados por periódico e tema.

A seguir, apresentaremos uma síntese da produção da Ciência Política no Brasil em cada um dos cinco temas propostos para a classificação do material sobre a pandemia da Covid-19.

Comunicação, representação e comportamento político

Na era da informação em que vivemos, na qual os meios de comunicação tradicionais competem com novas formas de divulgação da informação, como o Twitter ou os grupos de WhatsApp, as fake news devem sempre ser motivo de alerta. As notícias falsas, que propositalmente são postas em circulação, já decidiram eleições presidenciais no exterior e são, com frequência, promovidas pelos próprios chefes de governo (Allcott; Gentzkow, 2017). No Brasil, a nova legislação eleitoral também buscou frear a propagação de notícias falsas ao obrigar os aplicativos e redes sociais a “derrubarem” toda e qualquer postagem cujo conteúdo for falso ou cujo objetivo seja o de fomentar o ódio (Krause *et al.*, 2020).

Assim como nos estudos das eleições, entender os efeitos da desinformação em tempos pandêmicos é de fundamental importância. Artigos científicos que analisam os efeitos da desinformação no enfrentamento à Covid-19 são úteis e importantes para a avaliação de diversos aspectos do jogo político.

Nesta grande área foram incluídos artigos sobre estudos eleitorais e partidos políticos; atitudes e cultura política; comunicação política e opinião pública; e instituições participativas. Artigos ligados a essas subáreas correspondem a um total de oito artigos publicados em três periódicos distintos: *Ciência & Saúde Coletiva*, *Revista Brasileira de Ciência Política* e *Revista de Administração Pública*.

No primeiro conjunto de textos levantados, Freire *et al.* (2021) revelaram que a disseminação de notícias falsas causa mortes evitáveis. Também em relação à desinformação, Massarani *et al.* (2021) realizaram um estudo em que concluíram que a população ainda confia nas instituições, nos cientistas, na importância de manter-se informado sobre a gravidade da pandemia da Covid-19. Já Pereira, Oliveira e Sampaio (2020) verificaram que o “medo da morte” diminuiu a polarização ideológica existente no Brasil desde 2018, pois mesmo os eleitores de Bolsonaro teriam avaliado negativamente o desempenho do presidente.

Sandes-Freitas *et al.* (2021) analisaram o sucesso eleitoral dos candidatos a prefeito e encontraram que a boa avaliação do então prefeito e o baixo número de óbitos no município seriam as condições necessárias e suficientes para a eleição do candidato da situação. Para o caso holandês, Sullivan e Wolff (2021) buscaram compreender a influência do lobby e do comportamento eleitoral dos líderes políticos para a distribuição de auxílios econômicos no país.

Líderes populistas, como seria classificado Bolsonaro por autores como Jason Stanley (2020) e Simon Tormey (2019), costumam criar uma realidade paralela que convence e seduz seus seguidores. As fake news difundidas pela internet se tornam a arma ideal da modernidade. Nesse contexto, o tipo de trabalho desenvolvido nos três últimos artigos da seção é de relevância, à medida que permite que se identifique o quanto a desinformação em relação à Covid-19 atingiu a população e, conseqüentemente, afetou negativamente a saúde dos cidadãos.

No segundo conjunto de artigos, Rennó, Avritzer e Carvalho (2021) observaram que, no geral, os níveis de “negacionismo” são baixos, exceto entre os apoiadores do presidente. Já Casarões e Magalhães (2021) buscaram dar uma contribuição teórica aos estudos que relacionam populismo e políticas públicas. Ambos os artigos apontam para a ação na pandemia por parte da ultradireita populista como forma de manutenção das suas bases de apoio. No contexto internacional, analisando o México, Renteria e Arellano-Gault (2021) encontraram que as ações administrativas adotadas pelo governo federal (populista) se basearam em crenças negacionistas com relação ao conhecimento científico especializado.

Instituições políticas

Considerando o desenho político-constitucional brasileiro, que combina um sistema de governo presidencialista com uma forma de Estado federalista, os estudos das relações Executivo-Legislativo, assim como das relações intergovernamentais, sempre estarão no mainstream da Ciência Política. Perguntas voltadas a explicar quem decide a agenda e a formulação de políticas continuarão a existir (Lopez; Borges; Silva, 2018). Por sua vez, a criação de mecanismos institucionais que permitam uma coordenação mais eficiente entre União, estados e municípios, assim como um melhor compartilhamento de recursos, continua a apresentar-se como um desafio (Costa, 2010).

A pandemia deixou tudo mais desafiador, uma vez que a inércia do governo federal em impor medidas de saúde fez com que os governos estaduais assumissem o papel não só de operadores, mas também de formuladores de políticas públicas que deveriam ter vindo do Executivo nacional.

A grande área “Instituições Políticas” reúne artigos das áreas de estudos legislativos; relações Executivo-Legislativo; relações intergovernamentais; sistemas eleitorais e sistemas partidários; sistemas governamentais; instituições governamentais específicas; análise do processo decisório; governo, burocracia e políticas públicas; e estudos sobre poder local.

Artigos dessa natureza ocuparam o segundo lugar no ranking dos mais numerosos, somando um total de 21 artigos distribuídos em oito periódicos (*Ambiente & Sociedade, Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva, Revista Brasileira de Ciência Política, Revista de Administração Pública, Saúde em Debate, Nova Economia, História, Ciências, Saúde-Manguinhos*).

As relações Executivo-Legislativo no contexto da pandemia foram estudadas por Ouverney e Fernandes (2022), que constataram que o Congresso atuou com alto

nível de autonomia, levando a uma aprovação massiva de matérias relacionadas ao tema. Já nos estudos sobre relações intergovernamentais, Oliveira *et al.* (2021) concluíram que, nos países em que as instituições intergovernamentais são pouco robustas, os resultados são pouco eficientes. Analisando mais especificamente a relação entre o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador, Pereira e Arantes (2020) apontaram que, mesmo de partidos políticos opositores, o Governo do Estado e o município de Salvador conseguiram ajustar suas ações e cooperar.

Ainda sobre coordenação (ou, neste caso, descoordenação) intergovernamental, os artigos de Abrucio *et al.* (2020) e de Fleury e Fava (2022) observaram um aumento das tensões entre o governo federal e os governos subnacionais (estaduais) durante o governo Bolsonaro, assim como uma falha na cooperação para o enfrentamento da Covid-19, tendo como foco as vacinas. Na mesma temática, André Luís Bonifácio Carvalho *et al.* (2022) apresentaram uma análise das ações e políticas públicas postas em prática por governadores de 11 estados da República para enfrentar a pandemia da Covid-19.

Sobre políticas públicas de distanciamento, Barberia *et al.* (2021) explicaram que as medidas de distanciamento social tiveram taxas significativas de adesão, sobretudo quando comparadas a outros países do mundo. Já em relação à campanha de vacinação, Maciel *et al.* (2022) refletiram sobre a perda de protagonismo do PNI durante o governo Bolsonaro e como isso gerou inúmeros problemas na condução da campanha de vacinação contra a Covid-19.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e seu caráter descentralizado já é assunto amplamente pesquisado pela literatura de diversas áreas (Costa; Palotti, 2011). A epidemia fez surgir novos trabalhos empíricos que estudaram o SUS a partir de 2020. Os que atenderam ao critério estabelecido e apareceram nesta seção versaram sobre: 1) a perda do protagonismo do PNI; e 2) a alocação de recursos ao programa de Atenção Primária à Saúde (APS). Santos e Guimarães (2020) debateram sobre o suposto desmantelamento do SUS durante a pandemia. Mendes, Melo e Carnut (2022) detectaram que as mudanças no financiamento da APS poderiam destruir o caráter universal do SUS. No nível local, estudando as medidas de prevenção aplicadas em Belo Horizonte, Andrade *et al.* (2020) identificaram as principais medidas restritivas adotadas pelas autoridades locais e ressaltaram a importância da boa gestão do SUS para a superação da pandemia.

Por fim, há, nesta seção, artigos que tratam de boa governança, administração pública e capacidade estatal. Segundo o conceito de Norris (2012), capacidade estatal determina até que ponto os governos podem atingir seus objetivos e desempenhar funções essenciais para o bem-estar coletivo. O'Donnell (1973) já argumentava que, em situações de crise, um Estado com um Executivo forte e uma burocracia eficiente estaria mais apto a responder a essas situações. Ainda quando em seu estágio inicial, rapidamente notou-se que alguns países lograram controlar mais eficientemente o avanço do vírus e conter o aumento do número de mortes. Trabalhos já observaram que a gestão da pandemia, além de desafiar a governança democrática, também teria um nível de eficiência que varia de acordo com o tipo de governança adotado pelo Estado (Diamond, 2020; Gaskell; Stoker, 2020).

Sobre governança e capacidade de resposta, Pessoa, Teixeira e Clementino (2020) concluíram que, no nordeste do Brasil, há articulação entre vulnerabilidade social, governança e inovação nas respostas à pandemia. Também sobre capacidade

estatal é o artigo de Pereira *et al.* (2021), que analisa os casos da Alemanha e da Espanha em perspectiva comparada e, usando o institucionalismo histórico como base, verifica que a capacidade estatal variou muito entre esses dois países.

Como a pandemia afetou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil foi a pergunta de pesquisa de Rodrigues, Carpes e Raffagnato (2020). Eles identificaram que, embora o referido sistema nacional de proteção tenha sido ativado, foi falho em prevenir ou reduzir danos. Já pesquisando especificamente sobre a capacidade institucional do Setor de Saúde ao redor do mundo, Costa *et al.* (2021) analisaram o Índice da Segurança Sanitária Global e encontraram que a inexistência de vacina no primeiro ciclo da pandemia teria sido determinante para a alta disseminação do vírus.

Nos estudos sobre administração pública, Medeiros *et al.* (2020) observaram que ainda há muitos desafios técnicos e socioeconômicos para que a operacionalização do ciberespaço pela administração funcione plenamente. Dentro da mesma temática, Coelho *et al.* (2020) destacaram o que acontece no *back office* e nas engrenagens das organizações públicas. Já em ensaio sobre as desigualdades socioespaciais no Brasil, Albuquerque e Ribeiro (2020) argumentaram sobre como as desigualdades geográficas seriam condicionantes da pandemia.

No cenário internacional, a China é estudada por Santos (2021) que encontrou que um controle satisfatório da pandemia dependeu de boas lideranças e relações intergovernamentais. Em relação à Colômbia, Bello-Gomez e Sanabria-Pulido (2021) concluíram que a governança multinível funcionou parcialmente e a descoordenação entre as lideranças políticas foi prejudicial. Sobre a Estônia, Raudla (2021) destacou que o êxito na gestão da pandemia se deve a fatores políticos, de capacidade estatal, cooperação com a comunidade científica e boa infraestrutura.

Estado e sociedade civil

A relação entre Estado e sociedade civil é palco de análises diversas no campo da Ciência Política. A reconfiguração dessas relações, mais recentemente, também tem chamado a atenção de pesquisadores, estimulando a literatura a observar de que modo essas relações vêm se configurando, adaptando análises e hipóteses já pré-estabelecidas (Lavalle; Szwako, 2015). Essas relações são complexas e diversificadas e, no caso da pandemia, também são um campo fértil para compreender as dinâmicas que com ela se estabelecem ou dela derivam. Observa-se, assim, que “uma quantidade cada vez maior de atores sociais passou a travar diferentes modalidades de interação com autoridades legislativas, executivas e judiciárias, de modo a ampliar as chances de serem institucionalmente incorporadas suas demandas” (Lavalle; Szwako, 2015, p. 158).

Buscando dar conta dessa grande quantidade de atores e suas relações com o estado, na grande área “Estado e Sociedade Civil” foram considerados artigos sobre estrutura e transferência do Estado; política e economia; recrutamento político, jurídico e burocrático; classes e grupos de interesse; movimentos, organizações e atores coletivos; relações internacionais; segurança pública; política, Direito e Judiciário. Aqui, reúnem-se reflexões sobre atores estatais e não estatais e a interação destes agentes com o Estado durante a pandemia.

Com 27 artigos distribuídos em 14 revistas científicas, essa área temática foi a que agrupou o maior número de artigos, publicados por: *Revista Brasileira de Política Internacional, Ambiente & Sociedade, Ciência & Saúde Coletiva, Nova Economia,*

Novos Estudos CEBRAP, Revista Brasileira de Ciência Política, Revista de Administração Pública, Revista de Economia Contemporânea, Revista Katálysis, Saúde e Sociedade, Saúde em Debate, Sequência (Florianópolis), Sociedade e Estado e Tempo Social.

Um importante aspecto dessas relações supracitadas está diretamente ligado ao mundo trabalhista. Observa-se uma tendência mundial da crise provocada no mercado de trabalho pela Covid-19, com o aumento do desemprego em diversos países ao redor do mundo (Chi-Wei *et al.*, 2022). Essa temática é analisada por quatro artigos levantados, que trazem abordagens sobre os desdobramentos da Covid-19 sobre o mundo do trabalho, seus impactos prolongados no mercado de trabalho e nos níveis de emprego e renda (Mattei; Heinen, 2022), para o exacerbamento da pobreza e das desigualdades, condições pré-existent ligadas às dinâmicas neoliberais (Silva, 2020), para a emergência de novas formas de trabalho, cada vez mais precarizadas e materializadas na “uberização” (Abilio, 2020) e para o “novo normal” pós-pandemia (Munck, 2021).

Pensando no contexto das relações internacionais e da cooperação entre Estados, o caso da China é destacado por Jabbour e Rodrigues (2021) para demonstrar que a Nova Economia do Projeto foi elemento fundamental para criar o atual estágio de desenvolvimento do país e peça central para as respostas rápidas à Covid-19. Já Padula e Fonseca (2020) estudaram o BRICS (agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e encontraram que, durante a pandemia, as assimetrias e a heterogeneidade dos países do bloco limitaram seu potencial de ação em termos de saúde global. Tinh e Thanh (2022) abordaram a temática da diplomacia de saúde usando o Vietnã como estudo de caso e demonstraram que a resposta política do país à pandemia representa um engajamento à *health diplomacy* e que este exemplo pode e deve ser seguido por outros países. A cooperação internacional é um dos pilares das relações internacionais, e o contexto da pandemia suscita debates sobre os limites do cooperativismo entre países, revelados pelos embates acerca da distribuição de vacinas e, mais especificamente, da ação de agências multilaterais diante desse contexto. No caso brasileiro, verificou-se um embate entre as ideias do presidente Jair Bolsonaro com a OMS em ocasiões diversas (Schuch, 2020), chegando a cogitar o rompimento das relações com a instituição (Barbosa, 2020).

Esses indícios se aproximam do trabalho de Almeida e Campos (2020), que observaram que a OMS emerge no contexto pandêmico como um importante organismo para difundir diretrizes de enfrentamento à pandemia. Aliado a isso e à ideia do cooperativismo entre países, a organização também demonstra um papel relevante no avanço de temas como acesso equitativo e distribuição justa de produtos de saúde contra a Covid-19 (OMS, 2020).

Ainda pensando na temática da saúde global, Ventura, Di Giulio e Rached (2020) apontaram que sem sustentabilidade é impossível manter respostas rápidas a eventos emergenciais, como é o caso do surgimento do vírus por meio do consumo de animais selvagens contaminados (Shi *et al.*, 2020).

Nove artigos dedicaram-se à análise de grupos sociais específicos afetados pela pandemia, trazendo à tona suas particularidades e exacerbando suas vulnerabilidades diante do contexto da Covid-19: refugiados e violações de seus direitos (Martuscelli, 2020); o caso dos idosos - um dos grupos mais afetados pela pandemia e de cuja a renda boa parte dos domicílios brasileiros depende

(Camarano, 2020); o caso dos povos indígenas e o impacto da crise (Milanez, 2020) e em termos de etnodesenvolvimento (Monte-Mor; Gomes, 2020); as mulheres e as desigualdades raciais e econômicas (Souza, Dumont-Pena e Patrocino, 2022) e daquelas que trabalham enquanto babás e trabalhadoras domésticas, afetadas pelas dinâmicas do isolamento social (Silveira; Najjar, 2021); o caso das pessoas com deficiência (Amorim *et al.*, 2022); e as populações encarceradas (Vasconcelos, Machado; Wang, 2020).

A análise de casos específicos no contexto da pandemia é um importante mecanismo para compreensão de novas formas de organização social e do panorama do acesso a direitos no Brasil e a forma como estes são negados ou violados em momentos de crise. Asensi (2013, p. 801) aponta que “o modo como os indivíduos vivenciam seus direitos pode definir os repertórios de ação coletiva de que dispõem para efetivá-los, e o inverso também pode ser verdadeiro”. O autor ainda indica, tratando do caso do direito à saúde, a emergência de formas de solidariedade e o uso de ferramentas institucionais e não institucionais.

Nesse aspecto, observamos o artigo de Priscila Delgado Carvalho *et al.* (2022), que buscou entender como os movimentos sociais rurais brasileiros enfrentaram os desafios advindos da emergência do novo coronavírus. Fleury e Menezes (2020), por sua vez, discutiram diferentes formas de ação e organização em favelas cariocas durante a pandemia da Covid-19. Essas ideias são corroboradas por Abers, Rossi e Von Büllow (2021), que analisaram a ação dos movimentos sociais no combate à desinformação.

Outro ator relevante nesse contexto é o Judiciário. O avanço do papel deste ator no cenário político na atualidade também revela a importância de análises aprofundadas em momentos de crise. Fernandes e Ouverney (2022) trataram das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no início da pandemia e seus desdobramentos para a organização federativa brasileira. Sob a mesma perspectiva, Oliveira e Madeira (2021) buscaram compreender o papel do STF durante a pandemia (judicialização da política). A importância do Judiciário no contexto dos embates no federalismo é um tema comum a outras pesquisas, demonstrando que a crise sanitária evidencia as tensões entre o poder e o governo Bolsonaro.

Pensando nas estruturas do Estado, Lazzarini e Musacchio (2020) apontaram as potencialidades no uso do aparato estatal (empresas, agências de desenvolvimento de fundo público), destacando a complementaridade público-privada. Em “Agenda 2030 en Argentina: percepciones de expertos en salud, comparación con expertos de Brasil y primeros impactos de la pandemia Covid-19”, de Fontela *et al.* (2021), observamos as percepções de especialistas em saúde sobre as possibilidades de os dois países cumprirem a estratégia proposta pelas Nações Unidas, com foco para a meta de saúde e bem-estar. A percepção é de que há baixo potencial de ambos para atingir os objetivos da Agenda, revelando ainda que entre os “paradoxos da pandemia” está a elaboração de um conjunto de medidas que efetivamente possam enfrentar os problemas tradicionais dos sistemas de saúde, por ela agravados.

Os problemas no sistema de saúde e a percepção de profissionais da área para o caso brasileiro são alvo da pesquisa de Fernandez *et al.* (2021), que utilizaram *survey* com profissionais da área e apontaram questões como sobrecarga de trabalho, medo, solidão, mudanças na organização e dinâmica de trabalho e interação com os usuários. Minayo e Freire (2020) seguiram linha similar

e encontraram que profissionais de enfermagem, técnicos e auxiliares e profissionais acima de 60 anos e integrantes de grupos de risco estão entre os mais afetados pela falta de testes, equipamentos de proteção individual, assistência financeira e social.

Kerstenetzky e Waltenberg (2020) fizeram uma análise político-econômica à luz dos trabalhos de Piketty sobre a estrutura tributária historicamente regressiva brasileira e a crise (sanitária, econômica e social) trazida pela pandemia da Covid-19. Nesse sentido, os autores refletem sobre as várias crises ao longo de nossa história recente, que não conseguiram promover a agenda de justiça fiscal como prioridade para os brasileiros.

Por fim, Passos e Acácio (2021) propuseram uma tipologia das atividades desempenhadas pelas Forças Armadas em resposta à Covid-19 e apontaram suas potenciais consequências. No país há militares em aproximadamente 20 posições no Ministério da Saúde, além de um general ter sido nomeado como Ministro da Saúde. Entre as potenciais consequências, os autores apontaram o agravamento da violência política e o desrespeito aos direitos humanos.

Teoria, métodos e ideias

A situação excepcional que o mundo enfrentou impulsionou os cientistas a produzirem inúmeros artigos empíricos avaliando questões como os impactos da crise no sistema político ou de saúde. Contudo, sabendo-se que a teoria se faz necessária até no mais empírico dos trabalhos (King; Keohane; Verba, 1994), surgiu, de igual maneira, uma demanda nas Ciências Sociais por uma leitura da filosofia política e da teoria do Estado a partir do contexto excepcional e inesperado que se está vivendo (Filosofia..., 2020).

A grande área “Teoria, Métodos e Ideias” englobou as subáreas de teoria política democrática; teoria política moderna; teoria política contemporânea; história das ideias; metodologia; pensamento político brasileiro; e ensino e pesquisa em Ciência Política e em Relações Internacionais.

No total, somaram nove trabalhos, publicados em cinco revistas diferentes: *Caderno CRH*, *Ciência & Saúde Coletiva*, *Estudos Avançados*, *Sociologias* e *Topoi*. Esta área traz artigos com temáticas mais diversas, com aplicação de metodologias para análise da ação pública e reflexões teóricas à luz de pensadores da teoria sociológica e política.

Em “SARS-CoV-2 na América Latina e no Caribe: as três encruzilhadas para o pensamento na saúde”, Basile (2020) buscou fazer uma reflexão teórica para o pensamento crítico latino-americano em saúde, trazendo como suportes as teorias críticas (de saúde e do pensamento crítico latino-americano), decolonialidade e teoria do Estado no contexto dos sistemas públicos de saúde e segurança sanitária global em termos geopolíticos. Tendo o estado de Santa Catarina como objeto de estudo, Caponi (2021) fez uma reflexão sobre a condução da pandemia pelo governo estadual, usando as teorias de necropolítica de Mbembe.

O trabalho de Toniol (2020) debateu a importância do Estado em tempos de pandemia e trouxe noções de justiça ambiental e princípios da teoria crítica para a análise do momento atual. Já o artigo de Duarte e Valença (2021) tratou das controvérsias relacionadas às estratégias de controle da pandemia para discutir as limitações políticas e analíticas da teoria da securitização. Esses autores apontaram a necessidade de aprofundamento destes debates e da interlocução entre as áreas de saúde e segurança.

Utilizando o referencial teórico arendtiano de espaço público, Negamine e Vitale (2020) fizeram uma análise sobre os impactos da pandemia nesse contexto e observaram que o pensamento arendtiano se mostra atual para a compreensão das intersubjetividades como centrais à ação política. Por sua vez, Giulio *et al.* (2021) discutiram a saúde global e planetária no contexto da pandemia da Covid-19 apontando a necessidade de pesquisas transdisciplinares para a melhor compreensão de problemas em escala global que afetam áreas diversas.

Por fim, em contribuições teóricas, Rodrigues e Costa (2021) trouxeram uma abordagem teórico-empírica sobre o impacto da Covid-19 em distintos sistemas e subsistemas sociais a partir da teoria sistêmica de Luhmann. Já Hochman e Birn (2021) apontaram os desafios dos historiadores nas análises de pandemias e endemias e, no caso da Covid-19, da demanda por análises históricas das pandemias passadas.

Em artigo metodológico, Neogi (2021) avalia as intervenções públicas para combate à pandemia da Covid-19, entendendo-as como um problema de análise de decisão multicritério e desenvolvendo um *score* de performance para os 20 países analisados com o uso de oito critérios distintos, baseados na importância atribuída a eles pela literatura. O artigo finaliza apontando a necessidade de observar e replicar as ações de países exitosos no combate à crise sanitária.

Como os marcos teóricos existem para serem testados, também são necessárias contribuições metodológicas (King; Keohane; Verba, 1994). Trabalhos empíricos permitem a produção de conhecimento científico que, chegando ao conhecimento dos governos, provê informações capazes de auxiliá-los na tomada de melhores decisões, quando enfrentarem situações similares no futuro. Infelizmente, pelos critérios aplicados neste trabalho, encontrou-se apenas um artigo puramente metodológico.

Políticas públicas

As crises já foram amplamente observadas pela literatura como momentos imperativos de ação governamental (Kingdon, 1984) e de aprendizado e mudança diante dessas circunstâncias (Dunlop; Radaelli, 2015; Kamkhaji; Radaelli, 2016). Assim, não é surpresa a quantidade de trabalhos produzidos na área que visam estudar “o Estado em Ação” (Jobert; Muller, 1987) em tempos de crise sanitária, que se desdobrou em impactos sociais e econômicos.

A área de Políticas Públicas contou com um total de 19 artigos distribuídos em oito revistas: *Cadernos de Saúde Pública*, *Ciência & Saúde Coletiva*, *Contexto Internacional*, *Estudos Avançados*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, *Revista de Administração Pública*, *Saúde em Debate* e *Sociedade e Estado*.

Especialmente no início da pandemia, observou-se um rápido movimento político para soluções rápidas de contenção do vírus. Em maio de 2020, ainda nos primeiros momentos da emergência sanitária, a Recomendação nº 036 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sugeriu a implementação das medidas de distanciamento mais restritivas (lockdown) em municípios com crescimento acelerado de novos casos de Covid-19 e criticidade nas taxas de ocupação dos serviços de saúde (CNS, 2020). A centralidade que essa política tomou na agenda pública e midiática também se revela na publicação de artigos sobre o tema, que são o objeto mais analisado pelos pesquisadores levantados.

Silva, Figueiredo e Fernandes (2020) fizeram uma análise dos impactos do lockdown na redução de casos e mortes de Covid-19 no Brasil através de uma análise temporal, estratégia também utilizada por Cunha *et al.* (2021), que buscaram identificar o efeito causal das políticas de distanciamento social em uma escala global. É interessante observar que a distância temporal entre a escrita e publicação dos artigos confirma a ideia já estabelecida sobre a relevância das políticas de lockdown para conter os efeitos do vírus em escala nacional e global, sem ignorar os efeitos econômicos de sua adoção prolongada.

A atuação governamental, especialmente em políticas sensíveis como a de distanciamento, também está ligada à vontade dos cidadãos de acatarem as novas regras. Moraes (2020) buscou compreender os determinantes do distanciamento social através de análise de dados em painel, entendendo que há influências do rigor das regras, de sua duração e do número de casos confirmados da doença.

Para o caso dos estados, Pereira, Oliveira e Sampaio (2020) fizeram um apanhado das políticas de distanciamento social no contexto da pandemia, demonstrando que há diferentes tipos de atuação e que a rigidez das medidas adotadas está diretamente ligada à capacidade do sistema de saúde local. Trabalhos dessa natureza evidenciam que a ação estatal é diversa. Martins e Guimarães (2022), por sua vez, analisaram as medidas de distanciamento social adotadas pelas unidades federativas brasileiras entre 2020 e 2021.

A análise dos embates entre os entes federativos é uma temática clássica nos estudos sobre políticas públicas e federalismo. A trajetória do federalismo republicano brasileiro é pautada por tensões e conflitos, avanços e retrocessos, entre um modelo de Estado centralizado, da unidade e da integração nacional e um modelo descentralizado, da autonomia e da diversificação regional (Almeida, 2005; Souza, 2001). Diante da pandemia, essas questões se tornam ainda mais sensíveis e são importante ponto para debates na literatura: a inabilidade do governo Federal em pautar a coordenação dos entes federativos em resposta à Covid-19, a ação do Judiciário nesse contexto e a escalada de conflitos entre prefeitos, governadores e o governo federal.

Observando outras formas de atuação dos governos estaduais, Schaefer *et al.* (2020) fizeram um estudo sobre as diferentes formas (e rigor) das ações de governos estaduais durante os primeiros meses da pandemia da Covid-19 no Brasil. Gonçalves-Alvim e Marino (2022) tiveram como foco a utilização de ferramentas consideradas inovadoras no ambiente brasileiro de Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I) pelos governos estaduais. A inovação não é uma temática explorada a fundo pelos artigos levantados, há menção, em termos da cooperação do Estado com as universidades, no artigo de Agopyan e Arbix (2022), que explorou a compreensão do enfrentamento da Covid-19 como impulsor da cooperação científica em diferentes níveis de governo. O florescimento e crescimento do conceito de políticas públicas baseadas em evidências apontam uma salutar aproximação entre os campos, uma vez que essa estratégia “ajuda na tomada de decisões bem informadas em políticas, programas e projetos públicos, colocando as melhores evidências de pesquisas disponíveis no coração do desenvolvimento e implementação das políticas públicas” (Davies, 1999 *apud* Davies, 2004, p. 3, tradução nossa). Em um momento crítico de ataque às universidades públicas - em termos ideológicos e financeiros -, é um passo importante

evidenciar sua atuação social e a intensa produção de acadêmicos no contexto da crise.

Numa perspectiva internacional, Antwi-Boasiako *et al.* (2021), Cepiku, Giordano e Meneguzzo (2021) e Resende *et al.* (2021) trouxeram respostas políticas à crise sanitária em Gana, Itália e Suíça e no Reino Unido, respectivamente. A análise de casos de aplicação de políticas em contexto internacional é importante para a compreensão do cenário global em termos de atuação estatal. Aqui, pontua-se que os estudos se beneficiariam de uma análise comparada dos casos.

Pensando a pandemia em aspectos mais abrangentes e seus impactos para além da saúde pública, muitos trabalhos se debruçam sobre a criação de respostas para os efeitos econômicos e sociais da crise. Uma das principais ferramentas para mitigar esses efeitos utilizadas por governos ao redor do mundo foram políticas de auxílio emergencial.

Cardoso (2020) e Brasil, Capella e Ferreira (2021) destacaram em seus artigos o auxílio emergencial concedido pelo governo brasileiro em decorrência da emergência da pandemia da Covid-19. Aqui é interessante observar como distintas etapas da política foram utilizadas para análise do mesmo fenômeno, proporcionando aos leitores insights relevantes sobre sua entrada na agenda decisória e seu processo de implementação. A temática do auxílio é também objeto do trabalho de Marins *et al.* (2021), que tratou das políticas de transferência de renda criadas ou ampliadas nesse período de pandemia em um contexto internacional, com enfoque na implementação no caso brasileiro.

A partir do contexto do auxílio, alguns artigos têm uma postura mais prescritiva. É o caso de Paiva *et al.* (2020), que trataram das possibilidades do uso do Bolsa Família e o Cadastro Único no enfrentamento das consequências econômicas advindas do cenário pandêmico no Brasil. Nogueira, Silva e Carvalho (2020), ainda pensando a questão econômica, propuseram alternativas para o auxílio emergencial governamental pensando nas micro e pequenas empresas.

Poucos são os estudos que tratam dos atores nesse contexto. Lima-Silva *et al.* (2020) apontaram para a subutilização e desvalorização da assistência social, apesar de seu potencial para o enfrentamento da pandemia. Em um estudo sobre a performance da burocracia de nível de rua, Lotta *et al.* (2021) encontraram que os burocratas sofreram vários desgastes estruturais, além de terem perdido seu poder de tomada de decisão.

O artigo de Giovanella *et al.* (2020) foi o único a focar especificamente na área da saúde e argumentou a importância da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19, em todos os seus estágios. O estudo explorou o potencial das equipes multidisciplinares da Estratégia de Saúde da Família.

Balanco analítico sobre a pandemia na Ciência Política no Brasil

A crise da Covid-19 se alastrou por diversos campos, atingindo populações distintas e tendo impactos políticos, econômicos e sociais. Essa pluralidade de objetos é refletida nos artigos publicados que abraçam temáticas diversas. Buscando sintetizar os achados da área da Ciência Política, trouxemos um apanhado do que foi realizado em cada uma das subáreas da disciplina. Esse trabalho se torna mais difícil à medida que os temas vão se sobrepondo, uma característica da natureza

da política, cujas interfaces dos temas não são sempre claras. O Quadro 1 apresenta uma síntese do balanço das análises feitas pela Ciência Política brasileira a partir da emergência da crise sanitária.

QUADRO 1 - A Ciência Política no Brasil e a pandemia.

	COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	TEORIA, MÉTODOS E IDEIAS	POLÍTICAS PÚBLICAS
PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	Populismo	Relações intergovernamentais	Trabalho	Pensamento político e teoria política	Distanciamento social
	Negacionismo e desinformação	Pacto federativo	Relações internacionais	América Latina	Análise de casos
	Opinião pública	Governança, gestão e capacidade institucional	Populações e grupos específicos	Avaliação	Auxílio emergencial
	Comportamento político	SUS	Desigualdades e Economia		Burocracia
		Contexto internacional	Judiciário		Atenção básica e SUS

Fonte: elaboração própria com base em Leite (2015).

Na área de “Comunicação, Representação e Comportamento Político”, os artigos buscaram levantar questões sobre a percepção pública acerca da Covid-19, seu impacto eleitoral e na arena política. Cinco de oito dos artigos ligados à temática trabalharam com temáticas sobre desinformação e negacionismo. A condução da pandemia ao redor do globo teve como ponto central uma guerra de narrativas sobre seus riscos e a condução dos governos. A centralidade do tema é parte de um avanço do que a literatura convencionou chamar pós-verdade, isto é, a consolidação de um momento em que fatos alternativos vêm substituindo evidências científicas e outros tipos de conhecimento (Farkas; Schou, 2020). Muito próximo da questão é o uso destes tipos de artifícios (construção da verdade) por tipos específicos de políticos, ditos populistas. Dos artigos ligados à área, 50% tratam do populismo (de direita), demonstrando que a temática está em evidência entre os pesquisadores da área, e que o tema se tornou relevante nas análises feitas ao longo da pandemia. Entre os outros tópicos mais abordados estão negacionismo e desinformação, e opinião pública.

Na área de “Instituições Políticas”, os artigos da área se voltaram de maneira mais específica a questões ligadas à governança, gestão e administração pública e capacidade institucional, com foco nacional e internacional. Relações governamentais e questões ligadas ao pacto federativo são tema abordado por 52% dos artigos da subárea.

Os artigos englobados por “Estado e Sociedade Civil” tiveram predominância de discussões sobre grupos e populações específicas (indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros) – 33%. Temáticas ligadas às relações internacionais representaram 26% dos artigos publicados, enquanto outros 24% se dedicaram a análises ligadas ao trabalho, sendo os principais temas abordados pela área.

A área de “Teoria, Métodos e Ideias” contou com maior número de trabalhos teóricos. Dos trabalhos da área, 67% trouxeram reflexões sobre pensamento político e teoria política. Apenas um trabalho empírico avaliou as intervenções públicas de combate à Covid-19.

No caso das “Políticas Públicas”, há um destaque para as políticas de lockdown, objeto de 32% dos textos analisados. O auxílio emergencial também é uma temática popular nos textos, figurando em 21% das análises.

A diversidade de temas abordados aponta algumas questões importantes. Para o caso brasileiro, destaca-se, entre as conclusões, os impactos dos embates e a falta de coordenação federativa como agravantes da crise política do Brasil que contribuem para o cenário arrasador trazido pela pandemia. Os efeitos dessa crise são ainda mais visíveis para populações específicas e grupos minoritários, que buscam organizar-se coletivamente diante das circunstâncias. Trabalho, renda, economia, desigualdades: há impacto em todas as áreas, o que explica a profusão de temas que orbitam o contexto da emergência de saúde. Frisa-se, como ponto comum, a necessidade de respostas estatais e sociais ágeis e cientificamente embasadas para mitigar os efeitos da Covid-19 em todas as suas dimensões.

Considerações finais

As pesquisas publicadas sobre Covid-19 mostram a força da pandemia como um teste de estresse para sistemas políticos, instituições, processos decisórios e políticas públicas. Apesar de a pandemia da Covid-19 ser vivida simultaneamente em todo o mundo, as peculiaridades de cada lugar dão contornos próprios à crise vivenciada nos diferentes países. No Brasil, a combinação de uma pandemia agressiva e inédita na história recente da humanidade e a situação política que o país vem experimentando na última década gera um terreno fértil para os estudos da Ciência Política.

Assim, este artigo pôde mapear a produção acadêmica da Ciência Política no Brasil sobre a pandemia da Covid-19. Os temas da Ciência Política sobre os quais mais se escreveu quanto à pandemia foram “Estado e Sociedade Civil” (28); “Instituições Políticas” (25); e “Políticas Públicas” (18). Por outro lado, apenas sete artigos foram escritos no tema “Teoria, Métodos e Ideias” e apenas seis artigos abordaram o tema “Comunicação, Representação e Comportamento Político”. A *Revista de Administração Pública* foi a que mais publicou artigos sobre a Covid-19 (28), tendo dedicado dossiês à pandemia. Os periódicos *Ciência & Saúde Coletiva* e *Saúde em Debate* ficaram em segundo (14) e terceiro lugar (11), respectivamente.

A academia tem feito um esforço coletivo para analisar e compreender a pandemia da Covid-19 e seus impactos. Os diversos estudos são uma tentativa de conhecer um fenômeno que se apresenta como a maior crise sanitária do século. Na Ciência Política no Brasil, temas como alocação de poder, atuação dos governos, relação entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), comportamento político, relação estado-sociedade, entre outros, foram abordados entre fevereiro de 2020 e abril de 2022 nos manuscritos mapeados. No entanto, as possibilidades de pesquisa sobre a crise sanitária não se esgotam nos estudos aqui analisados, pesquisas desenvolvidas no âmbito de mestrados e doutorados não foram

incluídas nessa análise e são também importantes fontes para compreender o conhecimento acumulado pelo campo ao longo dos últimos dois anos. Artigos de periódicos internacionais também não foram incluídos nesta revisão. Com o objetivo de privilegiar a produção de revistas nacionais, algumas publicações feitas por pesquisadores brasileiros em revistas internacionais também foram cortadas.

Observa-se que ainda existe uma vasta agenda de pesquisa em aberto que viabiliza a análise da pandemia da Covid-19 pelos cientistas políticos. Apesar das últimas ações do Governo Federal, revogando uma série de decretos ligados ao enfrentamento à pandemia, como o que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 (Decreto nº 10.659/2021) e o fim do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), as novas ondas da doença, a cobertura vacinal aquém do ideal, o atraso na aplicação das doses de reforço do imunizante, os sintomas prolongados da doença, e a escalada da crise em termos econômicos e sociais são alguns dos indicativos de que a pandemia seguirá como fundamental às pesquisas e análises políticas, com muitas frentes a serem exploradas.

Referências bibliográficas

- ABERS, R. N.; ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. **International Political Science Review**, v. 42, n. 3, p. 333-349, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192512121993713>.
- ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.
- ABRUCIO, F. L. *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>.
- AGOPYAN, V.; ARBIX, G. A Universidade como fonte confiável para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 285-298, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36104.013>
- ALBUQUERQUE, M. V.; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>.
- ALMEIDA, C.; CAMPOS, R. P. Multilateralismo, ordem mundial e Covid-19: questões atuais e desafios futuros para a OMS. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 13-39, 2020. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E401>.
- ALMEIDA, M. H. T. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 29-40, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100004>.

- ALVES, S. M. C.; RAMOS E. M. B.; DELDUQUE, M. C. Decretação de lockdown pela via judicial: medida (des)necessária? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 1-4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00116020>.
- AMORIM, A. C. *et al.* Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 49-56, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19842021>.
- ANDRADE, M. V. *et al.* Os primeiros 80 dias da pandemia da COVID-19 em Belo Horizonte: da contenção à flexibilização. **Nova Economia**, v. 30, n. 2, p. 701-737, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6302>.
- ANTWI-BOASIAKO, J. *et al.* Policy responses to fight COVID-19: the case of Ghana. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 122-139, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200507>.
- ASENSI, F. D. **Direito à saúde**: práticas sociais reivindicatórias e sua efetivação. Curitiba: Juruá, 2013.
- BARBERIA, L. G. *et al.* The effect of state-level social distancing policy stringency on mobility in the states of Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 27-49, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200549>.
- BARBERIA, L. G.; PLÜMPER, T.; WHITTEN, G. D. The political science of Covid-19: An introduction. **Social Science Quarterly**, v. 102, n. 5, p. 2045-2054, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.13069>.
- BARBOSA, R. Bolsonaro diz que Brasil pode romper com a OMS. **Poder360**, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-brasil-pode-romper-com-a-oms/>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- BASILE, G. SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: Las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3557-3562, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.20952020>.
- BELLO-GOMEZ, R. A.; SANABRIA-PULIDO, P. The costs and benefits of duality: Colombia's decentralization and the response to the COVID-19 pandemic. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 165-179, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200567>.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N.; FERREIRA, L. T. Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 3, p. 644-661, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200619>.
- CAMARANO, A. A. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4169-4176, 2020. Suplemento. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.30042020>.
- CAPONI, S. Covid-19 em Santa Catarina: um triste experimento populacional. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 2, p. 593-598, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000004>.
- CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267>.

- CARVALHO, A. L. B. *et al.* Os governos estaduais no enfrentamento da Covid-19: um novo protagonismo no federalismo brasileiro? **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 62-77, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E104>.
- CARVALHO, P. D. *et al.* Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/3710808/2022>.
- CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. The hydroxychloroquine alliance: How far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>.
- CEPIKU, D.; GIORDANO, F.; MENEGUZZO, M. Comparing strategies against COVID-19: Italy and Switzerland. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 215-228, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200424>.
- CHI-WEI, S. *et al.* COVID-19 pandemic and unemployment dynamics in European economies. **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, v. 35, n. 1, p. 1752-1764, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1912627>.
- COELHO, F. S. *et al.* A Casa de Máquinas da administração pública no enfrentamento à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 839-859, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200382>.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020**. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Brasília, DF: CNS, 2020.
- COSTA, B. L. D.; PALOTTI, P. L. M. Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 211-235, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200015>.
- COSTA, N. R. *et al.* A capacidade institucional do Setor Saúde e a resposta à COVID-19 em perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4645-4654, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11852021>.
- COSTA, V. M. F. Federalismo e relações intergovernamentais: implicações para a reforma da educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 729-748, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300005>.
- CUNHA, M. *et al.* How many could have been saved? Effects of social distancing on COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 12-26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200530>.
- DAVIES, P. **Is evidence-based government possible?** In: ANNUAL CAMPBELL COLLABORATION COLLOQUIUM, 4., 2004, Washington, D.C. **Proceedings** [...]. Oslo: Campbell Collaboration, 2004. p. 1-29. Disponível em: <https://web.archive.org/http://www.nationalschool.gov.uk/policyhub/downloads/JerryLeeLecture1202041.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

- DIAMOND, L. America's COVID-19 disaster is a setback for democracy. **The Atlantic**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/04/americas-covid-19-disaster-setback-democracy/610102/>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- DUARTE, D. E.; VALENÇA, M. M. Securitising Covid-19? The politics of global health and the limits of the Copenhagen School. **Contexto Internacional**, v. 43, n. 2, p. 235-257, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430200001>.
- DUNLOP, C. A.; RADAELLI, C. M. Policy learning in the Eurozone crisis: Modes, power and functionality. **Policy Sciences**, v. 49, n. 2, p. 107-124, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11077-015-9236-7>.
- FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-truth, fake news and democracy**: Mapping the politics of falsehood. Abingdon: Routledge, 2020.
- FERNANDES, F. M. B.; OUVENEY, A. L. M. Decisões do Supremo Tribunal Federal no início da pandemia de Covid-19: impactos no federalismo brasileiro? **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 48-61, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E103>.
- FERNANDEZ, M. *et al.* Condições de trabalho e percepções de profissionais de enfermagem que atuam no enfrentamento à covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 1-13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021201011>.
- FERNANDEZ, M.; PINTO, H. A. Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. **Saúde em Redes**, v. 6, p. 7-21, 2020. Suplemento.
- FERNANDEZ, M. Un análisis del proceso de vacunación contra la COVID-19 en Brasil a la luz de la actuación gubernamental y del arreglo federativo. **Revista de Administración Pública del GLAP**, v. 5, n. 8, p. 54-64, 2021.
- FILOSOFIA política em tempos de pandemia: episódio 2. [Locução de]: Gustavo Henrique Fontes Holanda *et al.* Brasília, DF: eduCapes, 22 abr. 2020. Podcast. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569784>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- FLEURY, S.; FAVA, V. M. D. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 248-264, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E117>.
- FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 267-280, 2020. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418>.
- FONTELA, M. *et al.* Agenda 2030 en Argentina: percepciones de expertos en salud, comparación con expertos de Brasil y primeros impactos de la pandemia COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4439-4451, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11222021>.
- FREIRE, N. P. *et al.* A infodemia transcende a pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4065-4068, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12822021>.
- GASKELL, J.; STOKER, G. Centralized or decentralized: Which governance systems are having a "good" pandemic? **Democratic Theory**, v. 7, n. 2, p. 33-40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3167/dt.2020.070205>.

- GIOVANELLA, L. *et al.* A contribuição da Atenção Primária à Saúde na rede SUS de enfrentamento à Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 161-176, 2020. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E410>.
- GIULIO, G. M. *et al.* Global health and planetary health: Perspectives for a transition to a more sustainable world post COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4373-4382, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.14332021>.
- GONÇALVES-ALVIM, S. J.; MARINO, P. B. L. P. Fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I): mapeamento de políticas públicas no combate à pandemia de COVID-19 no âmbito estadual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 37, p. 1-35, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250243>.
- HIGHFIELD, R. The Covid-19 pandemic: When science collided with politics, culture and the human imagination. **Interface Focus**, n. 11, p. 1-5, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsfs.2021.0070>.
- HOCHMAN, G.; BIRN, A. E. Pandemias e epidemias em perspectiva histórica: uma introdução. **Topoi**, v. 22, n. 48, p. 577-587, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204801>.
- HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, v. 396, n. 10255, p. 874, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6).
- JABBOUR, E.; RODRIGUES, B. S. A “nova economia do projeto” no combate à COVID-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272525>.
- JOBERT, B.; MULLER, P. **L'État en action: Politiques publiques et corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- KAMKHAJI, J.; RADAELLI, C. Does learning follow change? Surprising lessons from the Eurocrisis. **European Futures**, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://www.europeanfutures.ed.ac.uk/does-learning-follow-change-surprising-lessons-from-the-eurocrisis/>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- KERSTENETZKY, C. L.; WALTENBERG, F. D. Piketty's “Capital et Idéologie”: Could it inform a tax reform in post-Covid-19 Brazil? **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 621-639, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030010>.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Colchester: The Book Service, 1984.
- KRAUSE, S. *et al.* Eleições brasileiras de 2018: novos padrões de financiamento, desafeição política e redes sociais. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 9, n. 1, p. 91-117, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.22688>.
- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191211157>.
- LAZZARINI, S. G.; MUSACCHIO, A. Leviathan as a partial cure? Opportunities and pitfalls of using the state-owned apparatus to respond to the COVID-19

- crisis. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 561-577, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200120x>.
- LEITE, F.; FERES, J. F. A Ciência na Ciência Política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. 1-53, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.222017>.
- LEITE, F. **O campo de produção de Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- LIMA-SILVA, F. *et al.* Street-level bureaucracy in the pandemic: The perception of frontline social workers on policy implementation. **Revista de Administração Pública**, v.54,n.5,p.1458-1471,2020.DOI:<https://doi.org/10.1590/0034-761220200529x>.
- LOPEZ, F.; BORGES, J.; SILVA, N. Quem decide? Formação da agenda e formulação de políticas no Executivo Federal. **Textos para discussão**, n. 2400, p. 1-56, 2018.
- LOTTA, G. S. *et al.* The impact of the Covid-19 pandemic on the performance of street level bureaucrats in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. 1-38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.243776>.
- MACIEL, E. *et al.* A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 951-956, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.21822021>.
- MAGGETTI, M.; MEYER, I.; TRESCH, A. Covid-19 - A Political Science perspective. **Swiss Political Science Review**, v. 27, n. 2, p. 227-228, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/spsr.12468>.
- MARINS, M. T. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v.36,n.2,p.669-692,2021.DOI:<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>.
- MARTINS, T. C. F.; GUIMARÃES, R. M. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 265-280, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>.
- MARTUSCELLI, P. N. Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras a COVID-19? **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 1446-1457, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200516>.
- MASSARANI, L. *et al.* Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 8, p. 3265-3276, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.05572021>.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 1, p. 43-61, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82492>.
- MEDEIROS, B. P. *et al.* O uso do ciberespaço pela administração pública na pandemia da COVID-19: diagnósticos e vulnerabilidades. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 650-662, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200207>.

- MENDES, A.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. 1-14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00164621>.
- MILANEZ, F. Fighting the invisible anaconda amidst a war of conquest: Notes of a genocide. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200116vu2020L3ID>.
- MINAYO, M. C. S.; FREIRE, N. P. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3555-3556, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.13742020>.
- MONTE-MOR, R. L. M.; GOMES, A. M. R. Duas décadas de pesquisa com os Xakriabá do Norte de Minas: do diagnóstico da economia ao monitoramento da pandemia da Covid-19. **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 747-769, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6509>.
- MORAES, R. F. Determinants of physical distancing during the Covid-19 epidemic in Brazil: Effects from mandatory rules, numbers of cases and duration of rules. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3393-3400, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.21892020>.
- MUNCK, R. Labour and globalisation: Complexity and transformation. **Tempo Social**, v. 33, n. 2, p. 253-266, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.185370>.
- NEGAMINE, R.; VITALE, D. Repensando o espaço público em tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de A condição humana. **Caderno CRH**, v. 33, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37905>.
- NEOGI, D. Performance appraisal of select nations in mitigation of COVID-19 pandemic using entropy based TOPSIS method. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1419-1428, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.43132020>.
- NOGUEIRA, M. O.; SILVA, S. P.; CARVALHO, S. S. Da virose biológica à virose econômica: uma vacina para microempresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1010-1021, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200312>.
- NORRIS, P. **Making democratic governance work**: How regimes shape prosperity, welfare, and peace. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- O'DONNELL, G. A. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism**: Studies in South American politics. Berkeley: Institute of International Studies, 1973.
- OLIVEIRA, J. A. P. et al. The role of intergovernmental relations in response to a wicked problem: An analysis of the COVID-19 crisis in the BRICS countries. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 243-260, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200501>.
- OLIVEIRA, V. E.; MADEIRA, L. M. Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório do STF? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. 1-44, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.247055>.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Concepção da OMS sobre acesso justo e distribuição equitativa de produtos de saúde contra a COVID-19**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/202485-covid-19-e-2-pt.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

- OERVERNEY, A. L. M.; FERNANDES, F. M. B. Legislativo e Executivo na pandemia de Covid-19: a emergência de uma conjuntura crítica federativa? **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 33-47, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E102>.
- PADULA, R.; FONSECA, F. C. B. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 40-61, 2020. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E402>.
- PAIVA, L. H. *et al.* Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1097-1110, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200243>.
- PASSOS, A. M.; ACÁCIO, I. The militarization of responses to COVID-19 in democratic Latin America. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 261-272, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200475>.
- PEREIRA, A. K.; OLIVEIRA, M. S.; SAMPAIO, T. S. Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 678-696, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200323>.
- PEREIRA, A. M. M. *et al.* Governança e capacidade estatal frente à COVID-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4425-4437, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11312021>.
- PEREIRA, C. G.; ARANTES, R. A. Fighting COVID-19 in Salvador: Cooperation and conflict in intergovernmental relationship. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 2-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200083vu2020L3ID>.
- PESSOA, Z. S.; TEIXEIRA, R. L. P.; CLEMENTINO, M. L. M. Interfaces between vulnerabilities, governance, innovation and capacity of response to COVID-19 in Brazilian Northeast. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200110vu2020L3ID>.
- RAUDLA, R. Estonian response to COVID-19 pandemic: Learning, cooperation, and the advantages of being a small country. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 111-121, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200414>.
- RENNÓ, L.; AVRITZER, L.; CARVALHO, P. D. Entrenching right-wing populism under Covid-19: Denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. 1-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120>.
- RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. How does a populist government interpret and face a health crisis? Evidence from the Mexican populist response to COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 180-196, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200524>.
- RESENDE, T. C. *et al.* How did the UK government face the global COVID-19 pandemic? **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 72-83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200418>.

- RODRIGUES, K. F.; CARPES, M. M.; RAFFAGNATO, C. G. Preparação e resposta a desastres do Brasil na pandemia da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 614-634, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200291>.
- RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 302-335, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-102859>.
- SANDES-FREITAS, V. E. V. et al. Combate à pandemia de covid-19 e sucesso eleitoral nas capitais brasileiras em 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. 1-40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.246974>.
- SANTOS, N. A. S. F. Multi-level governance tackling the COVID-19 pandemic in China. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 95-110, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200494>.
- SANTOS, R. T.; GUIMARÃES, J. R. Democracia sem sentimento de república: o SUS nos tempos da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 73-87, 2020. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E404>.
- SCHAEFER, B. M. et al. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1429-1445, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200503>.
- SCHUCH, M. Bolsonaro volta a criticar OMS e diz que entidade “não acerta nada”. **Valor**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/18/bolsonaro-volta-a-criticar-oms-e-diz-que-entidade-nao-acerta-nada.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- SHI, Y. et al. An overview of COVID-19. **Journal of Zhejiang University-SCIENCE B**, v. 21, n. 5, p. 343-360, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1631/jzus.B2000083>.
- SILVA, J. P. Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, p. 723-740, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035030003>.
- SILVA, L.; FIGUEIREDO, D.; FERNANDES, A. F. The effect of lockdown on the COVID-19 epidemic in Brazil: Evidence from an interrupted time series design. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 10, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00213920>.
- SILVEIRA, L. M. B.; NAJAR, A. L. Distância espacial, distância social: relações entre distintas categorias sociais na sociedade brasileira em tempos de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4655-4664, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11042021>.
- SOUZA, C. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, v. 44, n. 3, p. 513-560, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000300003>.
- SOUZA, E. R.; DUMONT-PENA, E.; PATROCINO, L. B. Pandemia do coronavírus (2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 1, p. 290-302, 2022. Número especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E120>.
- STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.

- SULLIVAN, E.; WOLFF, E. A. Politics, pandemics, and support: the role of political actors in Dutch state aid during COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 50-71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200558>.
- TESTA, G.; FERNANDEZ, M. Brasil: la actuación del Congreso Nacional ante un Ejecutivo Federal inerte. *In*: MONTERO, M. G.; MAJÓN, M. B.; SÁEZ, M. A. **Los Parlamentos en América Latina en tiempos de pandemia**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2021. p. 95-117.
- TINH, L. D.; THANH, N. T. Promoting health diplomacy in the fight against COVID-19: The case of Vietnam. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 1, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202200102>.
- TONIOL, R. Beyond the virus: There cannot be a pandemic without the State. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200073vu2020L3ID>.
- TORMEY, S. **Populismo**: uma breve introdução. São Paulo: Cultrix, 2019.
- VASCONCELOS, N. P.; MACHADO, M. R.; WANG, D. W. L. COVID-19 in prisons: A study of habeas corpus decisions by the São Paulo Court of Justice. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1472-1485, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200536x>.
- VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; RACHED, D. H. A emergência do novo coronavírus e a "lei de quarentena" no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, p. 102-138, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49180>.
- VENTURA, D. F. L.; DI GIULIO, G. M.; RACHED, D. H. Lessons from the Covid-19 pandemic: Sustainability is an indispensable condition of global health security. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200108vu2020L3ID>.
- ZEISER, F. A. et al. First and second COVID-19 waves in Brazil: A cross-sectional study of patients' characteristics related to hospitalization and in-hospital mortality. **The Lancet Regional Health - Americas**, v. 6, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100107>.

Resumo

A ciência política e a pandemia da Covid-19: um balanço bibliográfico da produção no Brasil

Apesar de a pandemia da Covid-19 ser vivida simultaneamente em todo o mundo, as peculiaridades de cada lugar dão contornos próprios à crise vivenciada em cada país. Esse contexto gera um terreno fértil para os estudos da Ciência Política. Assim, este artigo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico da produção da Ciência Política no Brasil em torno da pandemia da Covid-19. Para isso, realizamos uma análise do conteúdo das publicações e áreas temáticas em que se concentram os estudos realizados. A seleção dos artigos foi feita na base da SciELO, sendo escolhidos apenas artigos científicos oriundos de periódicos brasileiros. Esses artigos foram classificados em cinco categorias: Estado e Sociedade Civil; Instituições Políticas; Políticas Públicas; Teoria, Métodos e Ideias; e Comunicação, Representação e Comportamento Político. As três primeiras foram as áreas da Ciência Política que tiveram mais discussões sobre a pandemia.

Palavras-chave: *Covid-19; Pandemia; Ciência política; Brasil; Revisão bibliográfica.*

Abstract

Political science and the COVID-19 pandemic: a literature review of the Brazilian production

Despite the simultaneous worldwide experience of the COVID-19 pandemic, regional peculiarities give specific contours to the crisis experienced in each country. Such a context is fertile ground for Political Science studies. Thus, this study conducted a literature review of the Brazilian production in political science about the COVID-19 pandemic, analyzing their content and thematic areas of concentration. Bibliographic search was performed on the SciELO database, circumscribed to scientific articles published in Brazilian journals. Selected papers were classified into five categories: State and Civil Society; Political Institutions; Public Policy; Theory, Methods and Ideas; and Communication, Representation and Political Behavior. Most studies about the pandemic were published in the first three.

Keywords: *COVID-19; Pandemic; Political science; Brazil; Literature review.*

Résumé

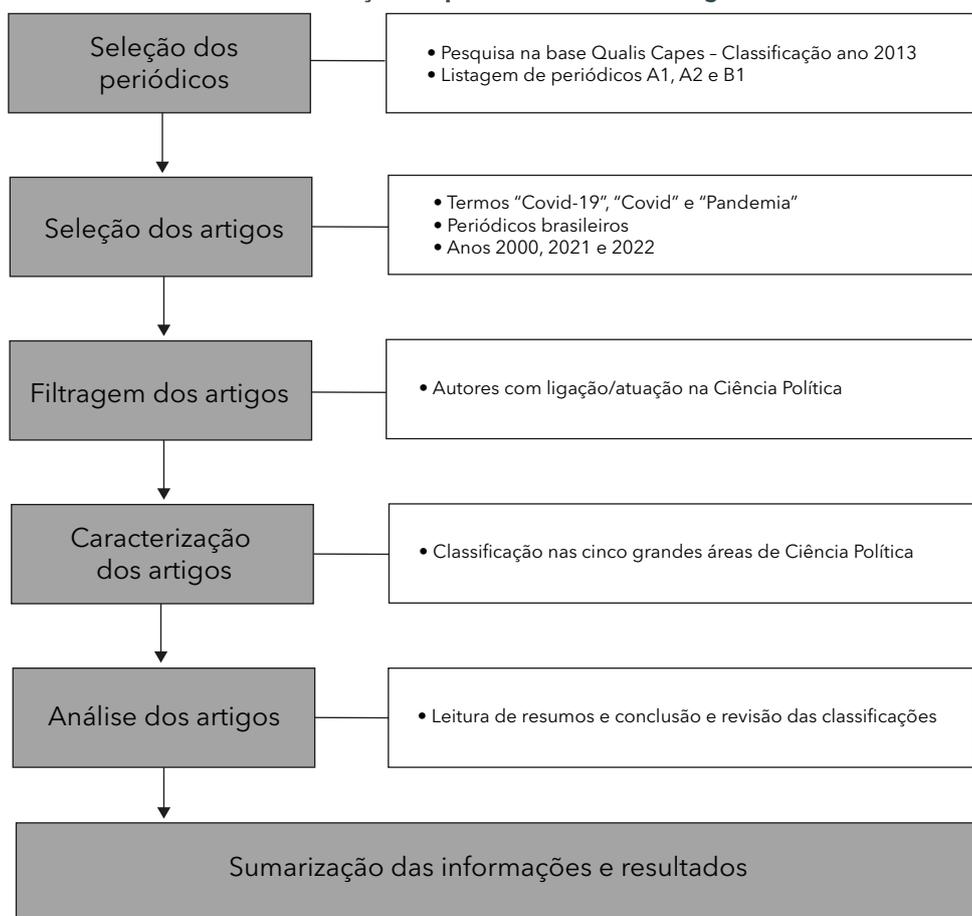
Les sciences politiques et la pandémie de Covid-19 : une revue de littérature de la production brésilienne

Malgré la simultanée de l'expérience mondiale de la pandémie de Covid-19, les particularités régionales donnent des contours spécifiques à la crise vécue dans chaque pays. Un tel contexte constitue un terrain fertile pour les études en sciences politiques. Ainsi, cette étude a réalisé une revue de littérature de la production brésilienne en science politique sur la pandémie de Covid-19, en analysant leur contenu et les domaines thématiques. La recherche bibliographique a été menée sur la base de données SciELO, circonscrite aux articles scientifiques publiés dans des revues brésiliennes. Les articles sélectionnés ont été classés en cinq catégories : État et Société civile ; Institutions politiques ; Politiques publiques ; Théorie ; Méthodes et idées ; Communication, représentation et comportement politique. La plupart des études sur la pandémie ont été publiées dans les trois premières.

Mots-clés: *Covid-19 ; Pandémie ; Science politique ; Brésil ; Revue de littérature.*

Anexos

ANEXO 1 - Sistematização dos procedimentos metodológicos adotados



Fonte: elaboração própria.

ANEXO 2 - Áreas temáticas em Ciência Política e suas subáreas

TEMAS	COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	TEORIA, MÉTODOS E IDEIAS	POLÍTICAS PÚBLICAS
SUBTEMAS	Estudos eleitorais e partidos políticos	Estudos legislativos	Estrutura e transformação do Estado	Teoria política democrática	Formulação de PP
	Atitudes e cultura política	Relações Executivo-Legislativo	Política e economia	Teoria política moderna	Implementação de PP
	Comunicação política e opinião pública	Relações inter-governamentais	Recrutamento político, jurídico e burocrático	Teoria política contemporânea	Avaliação de PP
	Instituições participativas	Sistemas eleitorais e sistemas de partidários	Classes e grupos de interesse	História das ideias	Análise de PP
		Sistemas governamentais	Movimentos, organizações e atores coletivos	Metodologia	Formação de Agenda
		Instituições governamentais específicas	Revoluções e conflitos civis	Pensamento político brasileiro	Tomada de decisão em PP
		Análise do processo decisório	Segurança pública	Ensino e pesquisa em CP e RI	Governo, burocracia
		Estudos poder local	Política, Direito e Judiciário		
			Religião e política		
			Política e Relações Internacionais		

CP: Ciência Política; PP: políticas públicas; RI: relações internacionais.

Fonte: Leite (2015), adaptado.

ANEXO 3 - Artigos publicados pela Ciência Política sobre a Covid-19 por periódicos e temas

PERIÓDICOS	N	TEMAS				
		COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	POLÍTICAS PÚBLICAS	TEORIA, MÉTODOS E IDEIAS
Ambiente & Sociedade	5	0	2	2	0	1
Caderno CRH	1	0	0	0	0	1
Cadernos de Saúde Pública	3	0	0	2	1	0
Ciência & Saúde Coletiva	14	2	5	3	1	3
Contexto Internacional	1	0	0	0	0	1
Estudos Avançados	1	0	0	0	1	0
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	1	0	0	0	0	1
Nova Economia	2	0	1	1	0	0
Novos estudos CEBRAP	2	0	2	0	0	0
Revista Brasileira de Ciência Política	5	2	1	0	2	0
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	0	1	0	0	0
Revista Brasileira de Política Internacional	1	0	1	0	0	0
Revista de Administração Pública	28	4	4	9	11	0
Revista de Economia Contemporânea	1	0	1	0	0	0
Revista Katálysis	1	0	1	0	0	0
Saúde e Sociedade	1	0	1	0	0	0
Saúde em Debate	11	0	5	4	2	0
Sociedade e Estado	2	0	1	0	1	0
Sociologias	1	0	0	0	0	1
Tempo Social	1	0	1	0	0	0
Topoi (Rio de Janeiro)	1	0	0	0	0	1
Total geral	84	8	27	21	19	9

Fonte: elaboração própria.

ANEXO 4 - Artigos analisados por área temática

COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO
1. CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. The hydroxychloroquine alliance: How far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021.
2. FREIRE, N. P. et al. A infodemia transcende a pandemia. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 9, p. 4065-4068, 2021.
3. MASSARANI, L. et al. Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 8, p. 3265-3276, 2021.
4. PEREIRA, C.; MEDEIROS, A.; BERTHOLINI, F. O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 952-968, 2020.
5. RENNÓ, L.; AVRITZER, L.; CARVALHO, P. D. Entrenching right-wing populism under Covid-19: Denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. Revista Brasileira de Ciência Política , n. 36, p. 1-29, 2021.
6. SANDES-FREITAS, V. E. V. et al. Combate à pandemia de covid-19 e sucesso eleitoral nas capitais brasileiras em 2020. Revista Brasileira de Ciência Política , n. 36, p. 1-40, 2021.
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
7. ABRUCIO, F. L. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020.
8. ALBUQUERQUE, M. V.; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. Cadernos de Saúde Pública , v. 36, n. 12, p. 1-14, 2020.
9. ANDRADE, M. V. et al. Os primeiros 80 dias da pandemia da COVID-19 em Belo Horizonte: da contenção à flexibilização. Nova Economia , v. 30, n. 2, p. 701-737, 2020.
10. BARBERIA, L. G. et al. The effect of state-level social distancing policy stringency on mobility in the states of Brazil. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 27-49, 2021.
11. BELLO-GOMEZ, R. A.; SANABRIA-PULIDO, P. The costs and benefits of duality: Colombia's decentralization and the response to the COVID-19 pandemic. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 165-179, 2021.
12. CAPONI, S. Covid-19 em Santa Catarina: um triste experimento populacional. História, Ciências, Saúde-Manguinhos , v. 28, n. 2, p. 593-598, 2021.
13. CARVALHO, A. L. B. et al. Os governos estaduais no enfrentamento da Covid-19: um novo protagonismo no federalismo brasileiro? Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 62-77, 2022. Número especial.
14. COELHO, F. S. et al. A Casa de Máquinas da administração pública no enfrentamento à COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 839-859, 2020.
15. COSTA, N. R. et al. A capacidade institucional do Setor Saúde e a resposta à COVID-19 em perspectiva global. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 10, p. 4645-4654, 2021.
16. FLEURY, S.; FAVA, V. M. D. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 248-264, 2022. Número especial.
17. LOTTA, G. S. et al. The impact of the Covid-19 pandemic on the performance of street level bureaucrats in Brazil. Revista Brasileira de Ciência Política , n. 35, p. 1-38, 2021.
18. MACIEL, E. et al. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. Ciência & Saúde Coletiva , v. 27, n. 3, p. 951-956, 2022.
19. MEDEIROS, B. P. et al. O uso do ciberespaço pela administração pública na pandemia da COVID-19: diagnósticos e vulnerabilidades. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 650-662, 2020.
20. MENDES, A.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. Cadernos de Saúde Pública , v. 38, n. 2, p. 1-14, 2022.
21. OLIVEIRA, J. A. P. et al. The role of intergovernmental relations in response to a wicked problem: An analysis of the COVID-19 crisis in the BRICS countries. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 243-260, 2021.
22. OUVERNEY, A. L. M.; FERNANDES, F. M. B. Legislativo e Executivo na pandemia de Covid-19: a emergência de uma conjuntura crítica federativa? Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 33-47, 2022. Número especial.

continua...

COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO
23. PEREIRA, A. M. M. <i>et al.</i> Governança e capacidade estatal frente à COVID-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 10, p. 4425-4437, 2021.
24. PEREIRA, C. G.; ARANTES, R. A. Fighting COVID-19 in Salvador: Cooperation and conflict in intergovernmental relationship. Ambiente & Sociedade , v. 23, p. 2-9, 2020.
25. PESSOA, Z. S.; TEIXEIRA, R. L. P.; CLEMENTINO, M. L. M. Interfaces between vulnerabilities, governance, innovation and capacity of response to COVID-19 in Brazilian Northeast. Ambiente & Sociedade , v. 23, p. 1-13, 2020.
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
26. RAUDLA, R. Estonian response to COVID-19 pandemic: Learning, cooperation, and the advantages of being a small country. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 111-121, 2021.
27. RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. How does a populist government interpret and face a health crisis? Evidence from the Mexican populist response to COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 180-196, 2021.
28. RODRIGUES, K. F.; CARPES, M. M.; RAFFAGNATO, C. G. Preparação e resposta a desastres do Brasil na pandemia da COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 614-634, 2020.
29. SANTOS, N. A. S. F. Multi-level governance tackling the COVID-19 pandemic in China. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 95-110, 2021.
30. SANTOS, R. T.; GUIMARÃES, J. R. Democracia sem sentimento de república: o SUS nos tempos da Covid-19. Saúde em Debate , v. 44, n. 4, p. 73-87, 2020. Número especial.
31. SULLIVAN, E.; WOLFF, E. A. Politics, pandemics, and support: The role of political actors in Dutch state aid during COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 50-71, 2021.
TEORIA, MÉTODOS E IDEIAS
32. BASILE, G. SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: Las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, n. 9, p. 3557-3562, 2020.
33. GIULIO, G. M. <i>et al.</i> Global health and planetary health: Perspectives for a transition to a more sustainable world post COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 10, p. 4373-4382, 2021.
34. HOCHMAN, G.; BIRN, A. E. Pandemias e epidemias em perspectiva histórica: uma introdução. Topoi , v. 22, n. 48, p. 577-587, 2021.
35. NEGAMINE, R.; VITALE, D. Repensando o espaço público em tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de A condição humana. Caderno CRH , v. 33, p. 1-16, 2020.
36. NEOGI, D. Performance appraisal of select nations in mitigation of COVID-19 pandemic using entropy based TOPSIS method. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 4, p. 1419-1428, 2021.
37. RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. Sociologias , v. 23, n. 56, p. 302-335, 2021.
38. TONIOL, R. Beyond the virus: There cannot be a pandemic without the State. Ambiente & Sociedade , v. 23, p. 1-6, 2020.
POLÍTICAS PÚBLICAS
39. AGOPYAN, V.; ARBIX, G. A universidade como fonte confiável para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas. Estudos Avançados , v. 36, n. 104, p. 285-298, 2022.
40. ANTWI-BOASIAKO, J. <i>et al.</i> Policy responses to fight COVID-19: the Case of Ghana. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 122-139, 2021.
41. BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N.; FERREIRA, L. T. Eventos focalizadores e a pandemia da COVID-19: a renda básica emergencial na agenda governamental brasileira. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 3, p. 644-661, 2021.
42. CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020.
43. CEPIKU, D.; GIORDANO, F.; MENEGUZZO, M. Comparing strategies against COVID-19: Italy and Switzerland. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 215-228, 2021.
44. CUNHA, M. <i>et al.</i> How many could have been saved? Effects of social distancing on COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 12-26, 2021.

continua...

POLÍTICAS PÚBLICAS
45. DUARTE, D. E.; VALENÇA, M. M. Securitising Covid-19? The politics of global health and the limits of the Copenhagen School. Contexto Internacional , v. 43, n. 2, p. 235-257, 2021.
46. GIOVANELLA, L. <i>et al.</i> A contribuição da Atenção Primária à Saúde na rede SUS de enfrentamento à Covid-19. Saúde em Debate , v. 44, n. 4, p. 161-176, 2020.
47. GONÇALVES-ALVIM, S. J.; MARINO, P. B. L. P. Fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I): mapeamento de políticas públicas no combate à pandemia de COVID-19 no âmbito estadual. Revista Brasileira de Ciência Política , v. 37, p. 1-35, 2022.
48. LIMA-SILVA, F. <i>et al.</i> Street-level bureaucracy in the pandemic: The perception of frontline social workers on policy implementation. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 5, p. 1458-1471, 2020.
49. MARINS, M. T. <i>et al.</i> Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. Sociedade e Estado , v. 36, n. 2, p. 669-692, 2021.
50. MARTINS, T. C. F.; GUIMARÃES, R. M. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 265-280, 2022. Número especial.
51. MORAES, R. F. Determinants of physical distancing during the Covid-19 epidemic in Brazil: Effects from mandatory rules, numbers of cases and duration of rules. Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, n. 9, p. 3393-3400, 2020.
52. NOGUEIRA, M. O.; SILVA, S. P.; CARVALHO, S. S. Da virose biológica à virose econômica: uma vacina para microempresas no Brasil. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 1010-1021, 2020.
53. PAIVA, L. H. <i>et al.</i> Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 1097-1110, 2020.
54. PEREIRA, A. K.; OLIVEIRA, M. S.; SAMPAIO, T. S. Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 678-696, 2020.
55. RESENDE, T. C. <i>et al.</i> How did the UK government face the global COVID-19 pandemic? Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 72-83, 2021.
56. SCHAEFER, B. M. <i>et al.</i> Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 5, p. 1429-1445, 2020.
57. SILVA, L.; FIGUEIREDO, D.; FERNANDES, A. F. The effect of lockdown on the COVID-19 epidemic in Brazil: Evidence from an interrupted time series design. Cadernos de Saúde Pública , v. 36, n. 10, p. 1-10, 2020.
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL
58. ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. Novos Estudos CEBRAP , v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020.
59. ALMEIDA, C.; CAMPOS, R. P. Multilateralismo, ordem mundial e Covid-19: questões atuais e desafios futuros para a OMS. Saúde em Debate , v. 44, n. 4, p. 13-39, 2020. Número especial.
60. AMORIM, A. C. <i>et al.</i> Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva , v. 27, n. 1, p. 49-56, 2022.
61. CAMARANO, A. A. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, p. 4169-4176, 2020. Suplemento.
62. CARVALHO, P. D. <i>et al.</i> Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022.
63. FERNANDES, F. M. B.; OUVÉNEY, A. L. M. Decisões do Supremo Tribunal Federal no início da pandemia de Covid-19: impactos no federalismo brasileiro? Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 48-61, 2022.
64. FERNANDEZ, M. <i>et al.</i> Condições de trabalho e percepções de profissionais de enfermagem que atuam no enfrentamento à covid-19 no Brasil. Saúde e Sociedade , v. 30, n. 4, p. 1-13, 2021.
65. FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. Saúde em Debate , v. 44, n. 4, p. 267-280, 2020. Número especial.
66. FONTELA, M. <i>et al.</i> Agenda 2030 en Argentina: percepciones de expertos en salud, comparación con expertos de Brasil y primeros impactos de la pandemia COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 10, p. 4439-4451, 2021.

continua...

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL
67. JABBOUR, E.; RODRIGUES, B. S. A “nova economia do projetamento” no combate à COVID-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. Revista de Economia Contemporânea , v. 25, n. 2, p. 1-29, 2021.
68. KERSTENETZKY, C. L.; WALTEBERG, F. D. Piketty’s “Capital et Idéologie”: Could it inform a tax reform in post-Covid19 Brazil? Novos Estudos CEBRAP , v. 39, n. 3, p. 621-639, 2020.
69. LAZZARINI, S. G.; MUSACCHIO, A. Leviathan as a partial cure? Opportunities and pitfalls of using the state-owned apparatus to respond to the COVID-19 crisis. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 4, p. 561-577, 2020.
70. MARTUSCELLI, P. N. Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras a COVID-19? Revista de Administração Pública , v. 51, n. 5, p. 1446-1457, 2020.
71. MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. Revista Katálysis , v. 25, n. 1, p. 43-61, 2022.
72. MILANEZ, F. Fighting the invisible anaconda amidst a war of conquest: Notes of a genocide. Ambiente & Sociedade , v. 23, p. 1-11, 2020.
73. MINAYO, M. C. S.; FREIRE, N. P. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, n. 9, p. 3555-3556, 2020.
74. MONTE-MOR, R. L. M.; GOMES, A. M. R. Duas décadas de pesquisa com os Xakriabá do Norte de Minas: do diagnóstico da economia ao monitoramento da pandemia da Covid-19. Nova Economia , v. 30, n. 3, p. 747-769, 2020.
75. MUNCK, R. Labour and globalisation: Complexity and transformation. Tempo Social , v. 33, n. 2, p. 253-266, 2021.
76. OLIVEIRA, V. E.; MADEIRA, L. M. Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório do STF? Revista Brasileira de Ciência Política , n. 35, p. 1-44, 2021.
77. PADULA, R.; FONSECA, F. C. B. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. Saúde em Debate , v. 44, n. 4, p. 40-61, 2020.
78. PASSOS, A. M.; ACÁCIO, I. The militarization of responses to COVID-19 in democratic Latin America. Revista de Administração Pública , v. 55, n. 1, p. 261-272, 2021.
79. SILVA, J. P. Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio. Sociedade e Estado , v. 35, n. 3, p. 723-740, 2020.
80. SILVEIRA, L. M. B.; NAJAR, A. L. Distância espacial, distância social: relações entre distintas categorias sociais na sociedade brasileira em tempos de COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva , v. 26, n. 10, p. 4655-4664, 2021.
81. SOUZA, E. R.; DUMONT-PENA, E.; PATROCINO, L. B. Pandemia do coronavírus (2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde. Saúde em Debate , v. 46, n. 1, p. 290-302, 2022.
82. TINH, L. D.; THANH, N. T. Promoting health diplomacy in the fight against COVID-19: The case of Vietnam. Revista Brasileira de Política Internacional , v. 65, n. 1, p. 1-19, 2022.
83. VASCONCELOS, N. P.; MACHADO, M. R.; WANG, D. W. L. COVID-19 in prisons: A study of habeas corpus decisions by the São Paulo Court of Justice. Revista de Administração Pública , v. 54, n. 5, p. 1472-1485, 2020.
84. VENTURA, D. F. L.; DI GIULIO, G. M.; RACHED, D. H. Lessons from the Covid-19 pandemic: Sustainability is an indispensable condition of global health security. Ambiente & Sociedade , v. 23, p. 1-11, 2020.

Fonte: elaboração própria.